



## **Ações de resistência ao jornalismo colonizado: a subjetividade nas práticas jornalísticas de excelência**

**Marcia Veiga da Silva<sup>1</sup>**  
PPGCCOM Unisinos

**Resumo:** Neste artigo, apresento dados de pesquisa que demonstram as ações de resistência percebidas nas práticas jornalísticas que resultam em melhores encontros com a alteridade. Apresento alguns elementos observados nas práticas profissionais que dão a dimensão de uma ruptura epistemológica com os modos de objetivação jornalística colonialista que historicamente limita as condições de inteligibilidade da realidade, bem como tem contribuído para transformar diferenças em desigualdades. Tal ruptura se dá de forma consistente a partir da incorporação da dimensão subjetiva dos jornalistas na constituição de suas identidades e práticas profissionais, fazendo emergir uma ética acurada na relação Eu/Outro. Nos livros de repórter e nas entrevistas com jornalistas encontra-se um rol de ações que inspiram caminhos para os processos de decolonização do jornalismo

**Palavras-chave:** Epistemologia. Práticas Jornalísticas. Decolonialidade. Alteridade. Subjetividade

### **1. Introdução**

O jornalismo não é uma ilha apartada da sociedade da qual é parte. E como tal, é parte das redes por onde se tecem as relações de poder e de saber que produzem desigualdades sociais. Se por um lado as relações de poder e saber que norteiam o campo (a profissão, os saberes e as práticas) do jornalismo resultam em uma atuação direta nos processos de transformação de diferenças em desigualdades (VEIGA DA SILVA, 2010; 2015; 2018), por outro é possível observar as ações de resistência que emergem. Tais ações demonstram que a subversão aos modos de objetivação nas práticas jornalísticas de renomados profissionais podem servir como um conjunto de saberes e práticas mais

---

<sup>1</sup>Professora colaboradora e bolsista PNPD-CAPES no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação Unisinos. marciaveiga2005@gmail.com

afeitas às alteridades. Neste artigo, apresento dados de pesquisa que demonstram as ações de resistência percebidas nas práticas jornalísticas, de expoentes repórteres brasileiros e brasileiras, que resultam em melhores encontros com a alteridade. Apresento alguns elementos observados nas práticas profissionais que dão a dimensão de uma ruptura epistemológica com os modos de objetivação jornalística colonialista (moderna, positivista, masculinista, racista, classista, cisheterossexista) que historicamente tem servido como limitadora das condições de inteligibilidade da realidade, bem como tem contribuído para transformar diferenças em desigualdades. Tal ruptura se dá de forma consistente a partir da incorporação da dimensão subjetiva dos jornalistas na constituição de suas identidades e práticas profissionais, fazendo emergir uma ética acurada na relação Eu/Outro. Tomando como objeto os livros de repórter e as entrevistas com jornalistas, encontra-se nesse universo um rol de ações que inspiram caminhos para os processos de decolonização do jornalismo.

Na primeira seção, apresento as bases que definem a colonização dos saberes e das relações de poder do jornalismo sustentado por uma epistemologia moderna, positivista, racista, masculinista, classista e cisheterossexista (VEIGADASILVA, 2015). Tal condição de pensamento delinea e reproduz não apenas as relações de poder que cercam o campo em suas diferentes dimensões (no mercado, no ensino, na prática, nas teorias). Incide também nos modos como historicamente os conhecimentos produzidos no jornalismo hegemônico são crivados de valores sociais e culturais constituídos pelo racismo/sexismo epistêmico (GROSGOUEL, 2018). Tais valores são perpassados por ideologias excludentes e hierárquicas, promotoras de desigualdades sociais, e como tal operam a partir do modo como são compreendidos os marcadores de diferença, limitados pelas condições epistêmicas e colonizadas do campo. Os modos de objetivação jornalística são interpretados à luz do conceito de gênero, dos estudos feministas e decoloniais, que demonstram como o valor de verdade intrínseco à noção de objetividade dominante no campo se apoia em paradigmas e epistemologias colonizadas. Entre os argumentos apresentados está centralmente a noção de que o jornalismo hegemônico é perpassado por valores sociais dominantes em que o masculino (assim como a branquitude e a cisheteronormatividade) é tomado como mais prestigiado, formando e reproduzindo hierarquias excludentes nos moldes do que se observa na sociedade brasileira.

Num segundo momento, apresento um dos movimentos de resistência observadas nas práticas dos repórteres identificados na pesquisa como exemplares nos encontros com as alteridades. Trata-se da emergência da subjetividade e dos valores convencionados como femininos alçados a uma condição positiva e central nas práticas. Essa ação provoca ruptura com a noção de objetividade masculinista que prescinde da subjetividade, e se sustenta no ideário da imparcialidade. Essa subversão carrega em si, numa leitura de gênero, uma emergência do feminino nos valores norteadores das práticas. O reconhecimento da subjetividade se dá na identificação da constituição da identidade profissional interseccionada a identidade pessoal, e a compreensão de que as posições de sujeito e trajetórias pessoais delineiam suas trajetórias profissionais, dão os contornos de suas práticas e relações com o Outro. Através dos relatos de repórteres como Adriana Mabília, Caco Barcelos, Eliane Brum e Fabiana Moraes, expressos em entrevistas ou sem seus próprios livros de repórter (MAROCCO,2011) reunidos em recente pesquisa<sup>2</sup>, busco apresentar o que identifiquei como pistas das possibilidades de realização do ideário de um jornalismo efetivamente servidor público ético da sociedade na qual faz parte.

Por fim, discuto o quanto as ações de resistência ao poder-saber (FOUCAULT, 2012) dominante no jornalismo, ao ser praticado por jornalistas experientes (reconhecidos não apenas por seus pares, mas pela sociedade como exemplares), inclusive dentro dos veículos da grande imprensa, podem servir como inspiração para o ensino do jornalismo, como um caminho para o cumprimento de uma prestação de serviço com potencial de contribuir para a transformação das desigualdade sociais.

## **2. O racismo/masculinismo/Cisheterossexismo epistêmico do jornalismo**

Interessada em compreender como o jornalismo se intersecciona aos regimes de poder-saber (FOUCAULT, 2012) a chave epistemológica, tomando o jornalismo como forma de conhecimento social (GENRO FILHO, 1987) vem sendo profícua. Muito especialmente ao adotar as perspectivas teóricas que transcendem as dimensões eco-

---

<sup>2</sup>O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido/as no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no jornalismo

nômicas e de classe, as quais historicamente as análises do campo vem sendo majoritariamente adotadas. A partir das pesquisas de campo, em que me dediquei a investigar o jornalismo a partir da observação das práticas no mercado e também a formação universitária dos jornalistas<sup>3</sup>, utilizei as perspectivas dos estudos feministas e decoloniais a fim de interpretar os modos complexos pelos quais os sistemas de valores dominantes são produzidos e reproduzidos no campo como parte dos conhecimentos sociais e culturais do jornalismo. As ideologias do machismo, do racismo, do cisheterossexismo, entre outras, que nascem dos privilégios do poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado (GROSFOGUEL, 2012), regentes das normas e racionalidades dominantes, estão no mercado e na universidade como estão na sociedade. Entretanto com pouco espaço para serem efetivamente refletidas de forma crítica no desempenho das práticas cotidianas. Observar nos universos pesquisados como acontecem os encontros de alteridade, bem como perceber quais são os saberes e as práticas (jornalísticas, pedagógicas e discursivas) envolvidos no percurso de construção do conhecimento jornalístico trouxe indicativos dos modos de circulação dos valores sociais hegemônicos. As práticas e os comportamentos se expressam nas formas de conhecer e de classificar os sujeitos sem que se possa perceber como esses valores estão incrustados nas bagagens culturais acionadas inconscientemente na leitura da realidade. Assim, foram vislumbradas pistas de como esses valores sociais dominantes eram reproduzidos na formação dos jornalistas, chamando a atenção o quanto estavam institucionalmente opacificados.

Entre os diferentes elementos considerados nas pesquisas estão aqueles que dizem respeito as condições epistêmicas do jornalismo. Em diálogo com a crítica feminista à ciência, as bases paradigmáticas e epistêmicas do conhecimento que circunscreve o jornalismo foram compreendidas por uma mirada de gênero. No cerne das estruturas destes conhecimentos está a noção de objetividade predominante no campo, que delimita os saberes e as práticas jornalísticas, bem como é aqui considerada como um limitador das condições de inteligibilidade dos sujeitos e das realidades narradas como forma de conhecimento social. Tal restrição se expressa pela condição reprodutora dos sistemas de poder que produzem desigualdades.

---

<sup>3</sup> VEIGA DA SILVA, 2010 e 2015

Os fundamentos da objetividade jornalística aproximam-se das visões científicas que, na “busca pela 'objetividade' [...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista” (SILVINO, 2007, p. 286), dentro de um sistema de pensamento binário, que expressa o apartamento da subjetividade em todos os procedimentos que delimitam a prática e forjam a retórica da impessoalidade como própria do “bom jornalismo” como neutro. Desta forma, se expressa impregnado por uma estrutura de pensamento dominante:

Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada numa lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (SARDENBERG, 2002, p. 95).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos:

Para as feministas, o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, em analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se constituiu como “feminino” (LLOYD, 1996). Em outras palavras, tal qual sugeriu Joan Scott (1988), também nas construções científicas as categorias de gênero aparecem como instrumentos de representações do poder (SARDENBERG, 2002, p. 96).

O caráter androcêntrico da epistemologia moderno-positivista é percebido a partir da crítica feminista à ciência que, sobretudo, coloca “em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento ou mesmo o que pode ser conhecido” (SARDENBERG, 2002, p. 93):

[...] os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. [...] Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierar-

.....  
quizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (RAGO, 1998, online)

O encontro entre o feminismo e o pensamento decolonial “tem propiciado o forjar-se de uma crítica feminista à ciência que a fere no seu cerne, sobretudo ao revelar as categorias de gênero implícitas na construção das noções de sujeito, racionalidade, objetividade e de outros semelhantes ‘princípios’ e estratégias epistemológicas associados pensamento iluminista” (SARDENBERG, 2002, p. 95). Tal racionalidade orienta a forma como a realidade e os sujeitos podem ser compreendidos e discursivizados, obedecendo às lógicas dominantes e aos regimes de poder-saber (FOUCAULT, 2012) que, em última instância, transformam diferentes em desiguais. O jornalismo pode ser refletido criticamente a partir destas perspectivas e estratégias epistemológicas tanto em suas práticas quanto em suas relações de poder e nos discursos e saberes que produz.

As lógicas positivistas-masculinistas se evidenciam no jornalismo hegemônico tanto nas relações de poder quanto no delineamento das práticas e nos tipos de conhecimento social que produz (VEIGA DA SILVA, 2015). O viés androcêntrico pode ser percebido também na forja da identidade, nos valores e na cultura profissional como um todo – como, por exemplo, na mística do jornalista *furador*. Os valores profissionais estão em consonância com a cultura masculinista da sociedade da qual é parte. A cultura profissional do jornalismo compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um lugar inferior, de menor poder e prestígio (VEIGA DA SILVA, 2010). É nesse sentido que também a subjetividade é interdita, inferiorizada nos fundamentos da objetividade jornalística.

A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensibilidade, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais), atributo convencionalizado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prehe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o

campo. A crítica nos estudos do jornalismo por muito tempo seguiu aproximada do “predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica” (RAGO, 1998, online).

Pela ótica dos estudos decoloniais a formação de uma epistemologia eurocêntrica, norteadora do conhecimento científico moderno, que incide nas formas de compreensão dos sujeitos e das formas de se estar no mundo, se dá pelo modo como o capitalismo se constituiu como um sistema-mundo hierárquico que

institucionalizou e normatizou simultaneamente, a nível global, a supremacia de uma classe, de um grupo etnoracial, de um gênero, de uma sexualidade, de um tipo particular de organização estatal, de uma espiritualidade, de uma epistemologia, de um tipo particular de institucionalização da produção de conhecimento, de algumas línguas, de uma pedagogia, e de uma economia orientada para a acumulação de capital em escala global. Não é possível entender estes processos separadamente (GROSFUGUEL, 2012, p. 342).

Pelas lentes dos estudos feministas e decoloniais pode-se compreender o jornalismo como fruto de uma epistemologia colonizada. A afirmação de que nossa colonização é epistemológica (MIGNOLO, 2005), equivale dizer que: nossas possibilidades de pensar, bem como os tipos de saberes tidos como válidos, foram designados a partir de uma geocultura centralizada nos países colonizadores do hemisfério Norte, origem dos conhecimentos canônicos, que historicamente desqualificaram os saberes (e os sujeitos) do hemisfério Sul, cujas especificidades multiculturais foram silenciadas ou apagadas. A colonização epistemológica está na origem da organização da produção do conhecimento com status de verdade, das ciências e do paradigma moderno ocidental. Compreende-se que está o jornalismo igualmente situado numa condição restritiva de pensamento que se alicerça nessas mesmas bases do cientificismo para assegurar seu valor de verdade, bases estas que delineiam suas condições teóricas, metodológicas e suas práticas reprodutoras de valores dominantes. Assim, os modos de objetivação jornalística vem servindo como um dos elementos propulsores destas reproduções, e um dos pontos críticos desta noção de objetividade está na negação da intrusão da subjetividade nos processos cognitivos de leitura, interpretação e narração dos sujeitos e das realidades.

O exercício do jornalismo de outro modo, dando contornos para a constituição de um saber das práticas jornalísticas capazes de subverter as normativas dominantes do campo, pode ser observado nas ações de resistência aos regimes de poder. Um saber

que, ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade, ampliando as vozes que compõem uma polifonia de fontes e possibilitando uma reflexividade sobre a prática, rompe com a hierarquia masculinista, racista, cisheterossexista, classista e positivista, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. Ou seja, ao ampliar as lentes e as escutas pelas quais a realidade e os sujeitos são observados, levando em consideração a subjetividade nos processos cognitivos envolvidos, potencializa um maior exercício de alteridade na prática jornalística: aqueles considerados outros não são enquadrados e narrados, por parte dos repórteres, na lógica binária e maniqueísta do “bem e do mal”, que via de regra transforma a diferença em desigualdades a partir dos padrões normalizadores da sociedade e que servem como parâmetro na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas. Indica a emergência de um sistema de pensamento e de práticas que preveem a complexidade, e não a simplificação e o reducionismo, e cuja noção de objetividade se aproxima da objetividade feminista defendida por Donna Haraway (1995).

Com a perspectiva da objetividade feminista, Haraway trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21). Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (idem, p. 41). Observando as práticas e os discursos de renomados jornalistas, a noção de objetividade feminista de Haraway pode ser evidenciada, dando pistas de que as subversões aos modos de objetivação jornalísticas são potentes para fissurar os regimes de poder e de saber que não apenas circunscrevem o campo, mas para os processos de decolonização do jornalismo e das condições de pensamento da própria sociedade, resultando em melhores encontros com as alteridades. Na próxima seção, descrevo algumas destas pistas encontradas.



### 3. Ações de resistência: a emergência da subjetividade e do feminino nas práticas

Encontrei nos livros de repórter (MAROCCO, 2011) das jornalistas Eliane Brum, Fabiana Moraes, Adiana Mabília e Caco Barcelos as pistas iniciais para a compreensão das ações de resistência do jornalismo, capazes de promoverem melhores encontros com as alteridades. Os livros foram os objetos de pesquisa que, juntamente com entrevistas destas profissionais, deram os contornos da pesquisa de pós-doutorado. Foram reunidos saberes e práticas jornalísticas exemplares, instigantes para que se possa demonstrar a potência do jornalismo na subversão aos saberes e ao poder dominantes no campo que historicamente tem contribuído para transformar diferenças em desigualdades. Ou seja, um rol de práticas que promovem rupturas com o conhecimento colonizado, masculinizado, racializado e classista do jornalismo.

O primeiro elemento percebido na pesquisa, como uma ruptura com os modos de objetivação jornalística masculinista, foi a emergência da subjetividade e dos valores convencionados como femininos. O reconhecimento da subjetividade na identificação da constituição da identidade profissional interseccionada a identidade pessoal, e a compreensão de que as posições de sujeito e trajetórias pessoais delineiam suas trajetórias profissionais e dão os contornos de suas práticas:

*A minha história profissional ela começa na minha adolescência. Eu sempre quis ser jornalista. Eu nunca tive dúvida. Eu me considero uma pessoa de extrema sorte. [...] Eu me lembro, bem adolescente, bem jovem, vendo na televisão coisas acontecendo pelo mundo, [...] e eu sempre me imaginava trabalhando nesses lugares. Eu me imaginava viajando e participando das coisas que estavam acontecendo no mundo. Então, eu sempre quis ser jornalista, isso não foi uma questão pra mim.* (Adriana Mabília, entrevista a autora em 20/11/19)

*Desde pequena sempre fui uma escutadeira e uma olhadeira, nunca fui faladeira. Então, sempre preferia, em vez de ficar brincando, escutar os meus parentes mais velhos, o pessoal da comunidade. O meu tio tinha um bolicho (armazém), que era o bolicho da comunidade, onde o pessoal jogava cartas, comprava salame, tinha aquelas balas que só se encontrava lá. E eu ficava ouvindo histórias. Então eu comecei a me tornar repórter lá. [...].* (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 72, grifo meu)

*Não tinha ninguém na família com atividade intelectual. Não tinha nenhum escritor na família. Mas tinha grandes contadores de história. Trovadores. No sul isso é muito comum. O trovador é um contador de história acompanhado de um violão. Meu avô era carroceiro, e eu era o auxiliar dele, a gente vendia frutas pelo bairro. Meu avô e todos os filhos eram trovadores. Acho que a primeira noção de reportagem que eu tive, sem saber que era reportagem, era essa atividade dos trovadores. Eles saíam pelo bairro, observando as cenas que aconteciam, e eu observava junto, como auxiliar que era. E na hora da trova, geralmente final de semana, regado a caipirinha, eles começavam a contar as histórias. Eu ficava observando. Eu observava que eles contavam histórias que eram trágicas, e eles contavam com grande humor. Ou o contrário disso. E eu pensava: mas como é que pode? E reportagem é isso, o*



*que você busca na rua é olhar, é o olhar dos outros. Acho que eu fui muito influenciado por eles, eu gostava de contar histórias. A minha mãe também é uma grande contadora de histórias.*(Caco Barcelos em entrevista a Dráusio Varella, fevereiro 2017)

Os depoimentos acima dão a dimensão do quanto a forja da identidade profissional são trazidos como parte de suas bagagens como sujeitos, conjecturados a partir das memórias da infância, indicando como a subjetividade é um elemento que perpassa o ser jornalista/repórter. Para Fabiana Moraes, a subjetividade não apenas é algo que reconhece como constituinte da forja da profissão, mas sobretudo tornou-se uma questão política e epistemológica ser reivindicada na prática jornalística, a ponto de defender um jornalismo de subjetividade, muito em voga em suas pesquisas, e cuja elaboração é parte de um dos capítulos de seu livro “O nascimento de Joicy”:

**É preciso pensar em jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, de subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área do conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um “fato” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la. Aliás, um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho talvez seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não.** (MORAES, 2015, p. 159-160)

A dimensão de que, “numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo – tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita – e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno)” (MORAES, 2015, p. 160) se expressa nas práticas das demais repórteres sujeitos de pesquisa, como um elemento relevante nos modos de inteligibilidade da realidade. Há um corpo, sensações, emoções, visões de mundo que atravessam as práticas e os sentidos dados à realidade. Eliane Brum diz que exerce o jornalismo “**sentindo em cada vértebra** o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história em movimento” (BRUM, 2013, p. 14), e que ser repórter “é algo **visceral**, definitivo do que sou. Algo que **vivo com o corpo**”

(p. 13). Caco Barcelos também entende e descreve o corpo como parte dos “instrumentos de trabalho”:

*Mais do que escrever eu gosto de conhecer pessoas novas, conhecer pessoas que eu já conheço há muito tempo, que é uma oportunidade maravilhosa que a gente tem de aprender com o outro, a todo instante, a todo momento. [...] toda pessoa tem uma grande história pra contar, depende de você usar esses instrumentos aqui, os olhos, os ouvidos. Se tem alguma importância o nosso trabalho é em dar importância a história dos outros (Caco Barcelos, em entrevista a Dráusio Valera, fev. 2017).*

E Fabiana Moraes inclui o coração, as mãos e o cuidado como parte dos atributos de uma boa produção noticiosa “**Os mesmos cuidados, mantidos para realizar uma boa reportagem, devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária**”. (MORAES, 2015, p. 219, grifo meu). O corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e narração da realidade, e dão indicativos de serem um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística. Os sentidos, as sensações, a intuição (atributos convecionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações. A resistência aos modos de objetivação jornalística masculinista pode ser percebida nos relatos em que a subjetividade é matéria-prima da prática. Os mitos relacionados ao tempo e a uma submissão às regras deontológicas prescritas para as relações com as fontes, por exemplo, são desmontados pelo exercício de uma prática guiada por outras condições de possibilidade na condução dos métodos.

*Talvez ainda presos a um paradigma tão heroico quanto o da objetividade que quer se transmutar em verdade, deixemos de simplesmente reconhecer e trazer para a prática e para a escrita jornalística aquilo que foi abraçado sem medo pelo cineasta Eduardo Coutinho em seus documentários. Em uma entrevista, ele sintetiza: “eu não filmo apenas pessoas, filmo uma relação entre mim e o entrevistado”. Significa dizer que, para dar conta de uma escrita que tente captar as pessoas em sua integralidade, o jornalista precisa estar também aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem, ao potencial transformador desse encontro. Sem estar aberto à compreensão de suas próprias limitações e contentando-se em escrever o já previamente e precariamente escrito, aquilo que, em lugar de transformar, mistifica, ele perde a chance de promover a ação do próximo – e de si mesmo. Afinal, ao lado das exigências técnicas e vitais que formam o lastro do jornalismo, não podemos perder de perspectiva: emoção também é informação. (MORAES, 2015, p. 27, grifo meu)*

*Como repórter, a gente tem dois instrumentos que são os mais importantes: que é o olhar e a escuta. Eu me considero uma escutadeira da realidade. Hoje, inclusive, eu quase não faço perguntas. Claro, tem matérias e tem matérias, mas eu nos últimos anos comecei a perceber que as perguntas já são uma forma de controle (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 76 grifo meu).*



O reconhecimento da subjetividade, e dos atributos que socialmente são convencionalizados como “femininos” (e, portanto, menores na escala de valores sociais e do jornalismo) faz emergir uma condição ética e de melhores relações com a alteridade. Essa é sempre perpassada pelos encontros com os que são considerados outros à margem da sociedade. Uma ética que reconhece explicitamente a dimensão da interpretação de um eu/nós sobre o Outro. Uma ética que reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e autocrítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade. A ética é movimento e processo dialético; é a reflexividade permanente sobre a prática, o que nos permite exercitar a empatia e a alteridade.

*Eu me coloco, não sou daquele tipo de jornalista que acha que paira sobre a realidade, que está acima da realidade. Eu me considero o que eu sou, um ser histórico, inscrito na cultura, falho, portanto, e assim eu vou pra rua. Acho que o movimento do repórter como eu vejo é um movimento de tentar se esvaziar de si o máximo possível, claro que a gente nunca se esvazia por completo. Mas se esvaziar dos nossos preconceitos, das nossas visões de mundo, do nosso julgamento. A gente sempre tem que lembrar que jornalista não é juiz. E se deixar possuir pela história do outro. Ser preenchida pela história do outro. Se tu vais cheia, não tem como ser preenchida. (BRUM in MAROCCO, 2012, p.77, grifo nosso) Eu acho que no jornalismo, na reportagem, os limites devem ser questionados todos os dias, porque não é fácil saber os limites, não tem fórmula pra isso, é uma reflexão constante. Todo dia tu tens que pensar se tu estás infringindo, se estás passando dos limites com as pessoas. Hoje, o meu limite é muito mais claro. O meu limite é me colocar no lugar do outro. (BRUM in MAROCCO, 2012, p. 80, grifo meu)*

*E uma coisa que eu me recordo do meu pai, e eu não sei até que ponto essa lembrança tem uma influência em mim, mas o meu pai sempre foi muito, assim, de comprar brigas ou lutas que não eram exatamente dele. Eu acho que hoje a palavra da moda é empatia, né? E eu acho que meu pai era uma pessoa de muita empatia. Ele acabava se envolvendo numa série de coisas que não eram diretamente ligadas a ele, e eu cresci assim, e eu não sei, eu não sei não, eu acho que isso é reflexo[...] mas eu acabei carregando isso do meu pai. E no jornalismo, isso norteia o meu caminho no jornalismo. Por conta disso que eu digo que eu fui pra Cuba, fui pro Oriente Médio, que são lugares que eu sempre considerava assuntos muito mal resolvidos na imprensa e no mundo todo. [...] Acho que isso me norteia no jornalismo, esse olhar pelo outro. Eu sempre tenho curiosidade de saber o que o outro está sentindo, pelo que o outro está passando, e eu acho que vem daí, dessa origem, de como o meu pai era. (Adriana Mabilia, entrevista em 20/11/19)*

### **Algumas considerações**

A partir do conjunto de saberes acionados e observados nas práticas, muito especialmente a partir do resgate da subjetividade como elemento intrínseco aos modos de percepção do real, percebe-se a emergência de uma ética jornalística que, mesmo apli-

cando as bases metodológicas da deontologia profissional (tais como a apuração, checagem, narração, etc.), promovem rupturas capazes de promover um processo de decolonização do jornalismo como um campo. O rol de práticas analisado sobretudo dá pistas de como o jornalismo pode efetivamente cumprir seu papel, ter e promover melhores encontros com a alteridade, a partir do reconhecimento de um Eu em relação ao Outro - que não mais é reduzido à inferioridade. Essas conclusões podem ser melhor observadas na pesquisa como um todo, a qual aqui, por restrições de espaço, não é possível melhor demonstrar. Tais ações convidam a repensar as condições epistêmicas e práticas da profissão e inspiram caminhos para os processos de decolonização do jornalismo

## Referências

- BRUM, E. A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2013.
- BRUM, E. Eu sou uma escutadeira. In. MAROCCO, B. **O jornalista e a prática: entrevistas**. São Leopoldo, Unisinos, 2012.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.) **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2012
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- GROSGOUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. .5, p 7-41, 1995.
- MAROCCO, B. Os “livros de repórteres”, o comentário e as práticas jornalísticas. **Contracampo**, n. 22, p. 116-129, fev. 2011
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 71-103. (Colección SurSur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- MORAES, F. **O Nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Editora Arquipélago, 2015

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara, SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: UFBA, 2002.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? Revista **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, n. 27, v. 2, p. 276-289, 2007.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção da notícia. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Entrevista Caco Barcellos para Dráuzio Varella. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IVTqB0rwHaw>